

AO SETOR DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ - HUOP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ.

ILMO(A) SR.(A) PREGOEIRO(A).

CLAUDIA ULIANA ORLANDO, brasileira, advogada, inscrita no CPF n 031.591.499-86, com endereço na rua Mato Grosso, n. 1966, Cascavel, Estado do Paraná, em conformidade com os itens 5.1.1 e 5.2.1 e artigo 164 da 14.133/2021, e demais disposições legais aplicáveis, apresentar Impugnação ao Edital n. 0239/2024, conforme segue.

1. LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE.

Trata-se de licitação na modalidade de pregão eletrônico, prevista no artigo 6, inciso XLI da Lei 14.133/2021, com critério de julgamento, “menor preço”, para contratação de empresa para prestação de serviços de faturamento SUS hospitalar e ambulatorial.

O início da sessão/disputa de lance será no dia 11/04/2024 às 09hs, prazo final para o envio das propostas, que teve início em 26/03/2024.

Está reservada a ME e EPPs, não sendo permitida a participação de empresas em regime de consórcio, apresentando valor global.

A Impugnante enviou e-mail solicitando esclarecimentos, e, ainda que o prazo para a resposta não tenha se esgotado, o prazo para a impugnação ao Edital encerra em 05/04/2024 nos termos do item 5.1.1.

Por esta razão, para fins de evitar prejuízos, os esclarecimentos já solicitados são convertidos na presente Impugnação ao Edital.

2. DOS ITENS IMPUGNADOS.

## 2.1 CONTRADIÇÃO. RESERVA DE LOTES PARA MICROEMPRESAS. IMPEDIMENTO PARA A FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO.

No item 5.1 das condições específicas dos Pregão, consta que a reserva de lotes é para ME e EPP, entretanto, o valor mencionado é de R\$ 5.623.940,07, com pagamentos mensais, pelo período de 24 meses de contrato.

No item 8.1, constou “não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio”.

Pela Lei Complementar nº 123/2006, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a microempresa é caracterizada por ter um faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Ainda que o critério seja menor preço, as Microempresas claramente não se enquadram no certame, ainda mais porque o Edital vedou a participação de empresas em regime de consórcio, impossível de ser prestado por Microempresa, em razão do valor global máximo para o presente procedimento licitatório.

Neste sentido, restam impugnados os itens 5.1 e 8.1, em vista da contradição entre reservar o lote para ME quando o valor máximo global é muito superior ao teto do faturamento bruto para as ME, e impedir que haja a participação em regime de consórcio, modelo que viabiliza a participação das Microempresas.

## 2.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA RESTRITA A ATESTADO FORNECIDO A PESSOA JURÍDICA.

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, majestosamente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes – evitando assim a reserva de mercado e, consecutivamente, restringindo a gama de partícipes.

No item 2, do Objeto da Contratação e da Justificativa, constou ser “*impreterível que a administração pública hospitalar crie mecanismos*

*eficientes e seguros para o seu faturamento, que como já explicado, impactam profundamente nos processos informativos de saúde prestados, e nos orçamentos globais e parciais do Hospital na condição de prestador de serviços a Secretaria de Estado da Saúde”.*

O critério de julgamento adotado foi o de menor preço, constando no Edital, a habilitação técnica (item 10.7 e seguintes) como um alicerce para assegurar a eficiência na prestação dos serviços licitados.

Ocorre que no item 10.7.2.2.2 é exigido prazo mínimo de um ano para execução de objeto semelhante ao da contratação, que deverá ser fornecido, conforme item 10.7.3.2.2 à pessoa jurídica da proponente.

Ocorre que, em se tratando de uma prestação de serviços, a referida capacidade técnica pode ser comprovada por pessoas físicas devidamente qualificadas por meio de ficha funcional/registros e certificados de formação e capacitação técnica de quem integra o quadro de colaboradores/sócios ou contratados pela proponente.

A exclusão da amplitude de alcance para empresas participantes no processo licitatório, fere a ampla concorrência, sendo ilegal tal exigência pois culmina na exclusão de partícipes, frustrando o caráter amplo e competitivo dos certames.

As exigências de habilitação nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às *‘indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’*, com o objetivo evitar a restrição da competitividade.

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições*

*efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Neste sentido, o item 10.7.3.2.2 ao exigir que a capacidade técnica seja exclusivamente em favor da pessoa jurídica, impedindo outros meios comprobatórios, deve ser excluído do edital, nos termos expostos.

### 2.3 EXIGÊNCIA DE MÉDICO AUDITOR.

De acordo com o item 9.1.35, conjugado com os itens 10.8.5, 10.8.6 e 10.8.7 do Edital, consta dentre os requisitos Da Contratação:

*Para o médico auditor:*

*10.8.6. Apresentar diploma de medicina.*

*10.8.7 Apresentar certificado de conclusão de curso de especialização em auditoria de contas médicas.*

Esta exigência fere o artigo 37 XXI da Constituição Federal, supracitado, visto se tratar de uma exigência sem qualquer relação com o serviço de faturamento que é o objeto da contratação.

O serviço de auditoria pode ser exigido durante a execução do contrato, a ser apresentado pela empresa prestadora dos serviços, quando solicitado pelo Hospital.

A apresentação dos documentos quando da Contratação, indica que a Contratante exige um médico auditor integrando o quadro de colaboradores da empresa proponente, sem qualquer justificativa para a exigência, até porque as auditorias são realizadas pelo sistema SUS.

Neste sentido, o item 10.8.5 e seus subitens devem ser excluídos do Edital.

### 3. REQUERIMENTOS FINAIS

De todo o exposto, requer respeitosamente à Vossa Senhoria, o recebimento e o processamento da presente Impugnação ao Edital, para:

- 1) Atender integralmente aos itens acima tratados, e com em vista das modificações, ocorra a republicação do Edital 239/2024.
- 2) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal.

Termos em que,  
Aguarda deferimento.

Cascavel, 05 de abril de 2024.

CLAUDIA ULIANA  
ORLANDO:03159  
149986  
CLAUDIA ULIANA ORLANDO  
IMPUGNANTE

Digitally signed by CLAUDIA ULIANA  
ORLANDO:03159149986  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal  
do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=AC VALID RFB V5  
OU=AR CERTLINE SOLUCOES EM CERTIFICADOS, OU  
=Presencial, OU=19194167000120, CN=CLAUDIA ULIANA  
ORLANDO:03159149986  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2024.04.05 19:34:46-03'00'  
Print EDC Reader Version: 2073.2.0